

A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE QUILOMBOLA A PARTIR DOS CONFLITOS ENTRE POPULAÇÕES TRADICIONAIS CAMPONESAS E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL – O CASO DE CAMBURI/ UBATUBA – SP

Simone Rezende da Silva – Depto. de Geografia/FFLCH/ Universidade de São Paulo
srezende@usp.br

Camburi é um pequeno bairro do município de Ubatuba, litoral norte do Estado de São Paulo, o qual foi inserido em 1979 em uma Unidade de Conservação Ambiental, o Núcleo Picinguaba do Parque Estadual da Serra do Mar. Desde então sua população viu-se expropriada material e simbolicamente de suas terras e conseqüentemente sofreu transformações em seu modo de vida. Mesmo sua presença sendo anterior à instalação do Parque, o morador de Camburi viu-se submetido à sua legislação, isto é, ele foi proibido de realizar o extrativismo, fazer coleta de materiais e de plantas medicinais, caçar animais na mata, cultivar a terra, reformar sua casa e até mesmo sua presença passou a ser ilegal. Porém, em momento algum o caiçara de Camburi deixou de lutar por seu território e por sua identidade. É neste contexto que surge no final dos anos 90 a tentativa de parte desta população de fazer valer o direito que os antepassados conquistaram, o de ter o bairro reconhecido como um território remanescente de quilombo.

Com o intuito de analisar os conflitos atuais vividos no bairro, principalmente relativos à imposição de uma UCA em seu território e à possibilidade do reconhecimento de Camburi como “território quilombola”, foi necessário resgatar a memória de Camburi. Para isto, além de documentos oficiais escritos, foram feitas entrevistas abertas e utilizada a técnica de “história de vida”, que enquanto parte da história oral, consiste na realização de sucessivos encontros entre pesquisador e pesquisado, nos quais o pesquisado relata sua vida, rememora fatos importantes ou mesmo parte de seu cotidiano. E, embora esta pesquisa tenha sido influenciada pelo arcabouço teórico do que Brandão chama de “pesquisa participante”, pois foi pensada a partir das demandas da sociedade estudada e será retornada à ela a fim de que esta use os conteúdos sistematizados de forma a transformar sua realidade, ela trata-se de uma observação participante, pois houve a preocupação em não interferir de modo a conduzir os processos. Foi mantida uma postura que Schwartz e Schwartz, Apud Cicourel (1980) chamam de “participante como observador”, que é um refinamento dentro do leque da pesquisa participante, postura esta, na qual o observador mantém-se numa situação social com a finalidade de realizar uma investigação científica. O observador está em relação face-a-face com os observados e, ao participar da vida deles no seu cenário natural, colhe dados.

O caiçara de Camburi, indigna-se com a postura contraditória da do poder público que de uma hora para outra o proíbe de continuar mantendo o modo de vida que preservou durante gerações aquelas áreas, hoje consideradas tão importantes para a biodiversidade global. E é essa indignação que começa a mover este caiçara na busca de alternativas para sua permanência em seu lugar. A delimitação de um território quilombola em parte do bairro é uma dessas alternativas, pois demonstra que esta comunidade está viva e disposta a lutar pela retomada do pleno uso de seu território. Assim, em 2000 a Associação do Quilombo do Camburi, acionou o Ministério Público, e este, por sua vez, a Fundação Itesp, para que esta tomasse as providências cabíveis para o reconhecimento desta comunidade, o que de fato ocorreu, após rigorosos estudos e averiguações e hoje a comunidade aguarda apenas a publicação em diário oficial de sua nova condição. Contudo, este é um caminho ainda em construção, pois reconhecer-se um caiçara quilombola é uma identidade em construção, é quase uma “invenção” desta população para conter as intervenções a que foram submetidos. Mais do que uma população tradicional inserida arbitrariamente em uma Unidade de Conservação Ambiental Camburi é um exemplo do descaso da nossa sociedade, do nosso Poder Público, que ainda não aprenderam a lidar com as diferenças. Esta população, assim como tantas outras no Brasil, foi excluída do processo de “desenvolvimento” do país, porém, ela teima em existir, persiste recriando, reinventando seu modo de vida que ao longo dos últimos 40 anos sofreu interferências e conseqüentes transformações. Eles não deixaram de ser caiçaras, camponeses que lutam para permanecerem em seu território, com o qual têm uma ligação que vai além das atividades que deixaram de exercer sobre ele, está no simbolismo que o território, que a terra dos antepassados tem em suas vidas. A identidade caiçara, construída ao longo de quase 200 anos, tornou a todos, negros, índios e brancos, iguais. Misturaram-se e constituíram o bairro rural de Camburi, cuja origem remonta ao tempo da escravidão, quando negros valentes fugiram do cativo e fundaram a “terra da liberdade” como contam seus moradores. Esse mito fundador, juntamente com a genealogia de Camburi, demonstra que esta é uma comunidade remanescente de quilombo e que portanto, tem o direito ao seu território reconhecido constitucionalmente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAMS, Cristina. **Caiçaras na mata atlântica, pesquisa científica versus planejamento e gestão ambiental**. São Paulo: FAPESP/Annablume. 2000. 337p.

ANGELO-FURLAN, Sueli. **Lugar e Cidadania, implicações sócioambientais das políticas de conservação ambiental (situação do PEIB na Ilha de São Sebastião-SP)**. 2000. Tese de

Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

GUSMÃO, Neusa M. Mendes de. **Terra de Pretos, terra de mulheres: terra, mulher e raça num bairro rural negro**. Brasília: MINC/Fundação Cultural Palmares, 1995. 260p.

LA CONSTRUCCIÓN DE UNA IDENTIDAD QUILOMBOLA DESDE LOS CONFLICTOS ENTRE POBLACIONES TRADICIONALES CAMPESINAS Y LAS AREAS NATURALES PROTEGIDAS – EL CASO DE CAMBURI/ UBATUBA-SP

Simone Rezende da Silva – Depto. de Geografia/FFLCH/ Universidade de São Paulo
srezende@usp.br

Camburi es un pequeño barrio del municipio de Ubatuba/ litoral norte del Estado de São Paulo, que fue incluido en 1979 en un Área Natural Protegida, llamada “Núcleo Picinguaba do Parque Estadual da Serra do Mar”. A partir de entonces su población se vio expropiada material y simbólicamente de sus tierras y consecuentemente sufrió transformaciones en su modo de vida. De la misma manera que siendo su presencia anterior a la instalación del Parque, el habitante de Camburi fue sometido a la legislación de este, es decir, que fue prohibido de realizar extracciones, de hacer colectas de materiales y de plantas medicinales, de cazar animales en la floresta, de cultivar la tierra, de reformar su casa e inclusive su presencia pasó a ser ilegal. Sin embargo, en ningún momento el *caçara* de Camburi dejó de luchar por su territorio y por su identidad. Es en este contexto que surge a finales de los años '90 el intento de parte de esta población de hacer valer el derecho que sus antepasados conquistaron, el de tener el barrio reconocido como un territorio remanescente de quilombo.

Con el propósito de analizar los conflictos actuales vividos en el barrio, principalmente los relativos a la imposición de un Área Natural Protegida en su territorio y a la posibilidad del reconocimiento de Camburi como “territorio *quilombola*”, fue necesario rescatar la memoria de Camburi, es decir, rescatar el origen del barrio y de sus habitantes. Para esto, más allá de los documentos oficiales escritos, fueron hechas entrevistas abiertas y utilizada la técnica de “historia de vida”, que como parte de la historia oral, consiste en la realización de sucesivos encuentros entre investigador e investigado, en los cuales este último relata su vida, rememora hechos importantes o aun parte de su cotidiano. Aunque esta investigación tenga la influencia del cuerpo teórico de lo que Brandão denomina “investigación participativa”, puesto que fue pensada desde las demandas de la sociedad estudiada y será retornada a ella con el propósito

de que esta use los contenidos sistematizados de modo de transformar su realidad, ella se trata de una “observación participativa”, pues estuvo guiada por la preocupación de no interferir en la forma de conducir los procesos. Fue mantenida una postura que de acuerdo con Schwartz y Schwartz, Apud Cicourel (1980) es denominada como “participante como observador”, la cual es un refinamiento dentro del abanico teórico de la investigación participativa, postura en la cual el observador se mantiene en una situación social con la finalidad de realizar una investigación científica. El observador mantiene una relación cara a cara con los observados y, al participar de la vida de ellos en su escenario natural, recopila datos.

El *caçara* de Camburi se indigna con la postura contradictoria del poder público que de una hora para la otra le prohíbe continuar manteniendo el modo de vida que preservó durante generaciones en aquellas áreas, hoy consideradas tan importantes para la biodiversidad global. Es esta indignación la que empieza a mover a este *caçara* en la búsqueda de alternativas para lograr la permanencia en su lugar. La delimitación de un territorio *quilombola* en una parte del barrio es una de estas alternativas, pues demuestra que la comunidad está viva y dispuesta a luchar para reestablecer el pleno uso de su territorio. Así, en el año 2000 la Asociación del Quilombo del Camburi, accionó el Ministério Público, y este, por su parte, a la Fundação Itesp, para que esta tomase las providencias necesarias para el reconocimiento de esta comunidad, lo que de hecho ocurrió, luego de rigurosas investigaciones y hoy la comunidad aguarda sólo la publicación en diario oficial de su nueva condición. Sin embargo, este es un camino aún en construcción, pues el reconocerse un *caçara quilombola* es una identidad en construcción, es casi un “invento” de esta población para detener las intervenciones a las cuales fueron sometidos.

Más que una población tradicional inserta arbitrariamente en un Área Natural Protegida Camburi es un ejemplo del desprecio de nuestra sociedad, de nuestro Poder Público, que aún no aprendieron a lidiar con las diferencias. Esta población, así como tantas otras en el Brasil, fue excluída del proceso de “desarrollo” del país, pero, ella insiste en existir, persiste recreando, reinventando, su modo de vida que a lo largo de los últimos 40 años sufrió interferencias y consecuentemente transformaciones. Ellos no dejaron de ser *caçaras*, campesinos que luchan para permanecer en su territorio, con lo cual tienen un vínculo que va más allá de las actividades que dejaron de ejercer sobre él, este está en el simbolismo que el territorio, que la tierra de los antepasados, tienen en sus vidas. La identidad *caçara*, construída a lo largo de casi 200 años, transformó a todos, negros, índios y blancos, iguales. Se mezclaron y constituyeron el barrio rural de Camburi, cuyo origen se remonta al tiempo de la esclavitud, cuando negros valientes huyeron del cautiverio y fundaron la “tierra de la libertad” como

cuentan sus habitantes. Este mito fundador, en conjunto con la genealogía de Camburi, demuestra que esta es una comunidad remanescente de quilombo y que por lo tanto, tiene el derecho a que su territorio sea reconocido constitucionalmente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAMS, Cristina. **Caiçaras na mata atlântica, pesquisa científica versus planejamento e gestão ambiental**. São Paulo: FAPESP/Annablume. 2000. 337p.

ANGELO-FURLAN, Sueli. **Lugar e Cidadania, implicações sócioambientais das políticas de conservação ambiental (situação do PEIB na Ilha de São Sebastião-SP)**. 2000. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

GUSMÃO, Neusa M. Mendes de. **Terra de Pretos, terra de mulheres: terra, mulher e raça num bairro rural negro**. Brasília: MINC/Fundação Cultural Palmares, 1995. 260p.